

CONGRESSO CONTINUA NO IMPASSE SOBRE LEI AGRÍCOLA

Os 41 membros do Comitê bicameral de Conferência no Congresso norte-americano que estão incumbidos de alcançar um acordo sobre uma nova lei agrícola, expirada em 30 de setembro deste ano, ainda não conseguiram negociar uma nova medida.

O Comitê, que é composto por republicanos e democratas de vários comitês do Congresso, se reuniu pela primeira vez em 30 de outubro. Há relatos de que negociações entre a Câmara e o Senado aconteceram antes do feriado de Ações de Graças nos EUA, dia 28 de novembro. Contudo, não houve acordo nos pontos divergentes das versões entre a Câmara e o Senado, especialmente sobre o auxílio à alimentação, conhecido como "Supplemental Nutrition Assistance Program" (SNAP).

A grande diferença entre as duas versões é que a Câmara reduziria os gastos com o SNAP em aproximadamente US\$40 bilhões em 10 anos e o Senado somente em US\$4 bilhões. Em reuniões recentes com assessores da Senadora Debbie Stabenow (democrata de Michigan), presidente do Comitê de Agricultura do Senado, foi afirmado que ela não teria flexibilidade de negociar além de "um dígito" na redução do SNAP. O Senador Chuck Grassley (republicano de Iowa) reiterou que há discussões nos bastidores do Congresso para que haja uma prorrogação da lei agrícola por mais dois anos.

Embora este passo esteja em desacordo com a liderança do Senado, o presidente do Comitê Agrícola da Câmara, Deputado Frank Lucas (republicano de Oklahoma), anunciou recentemente que terá dificuldade em cumprir o prazo de 13 de dezembro para alcançar o acordo antes do recesso do Natal e Ano Novo.

O Secretário de Agricultura, Tom Vilsack, afirmou dia 27 de novembro que esta prorrogação não incluiria os pagamentos diretos outorgados pela lei agrícola aos fazendeiros norte-americanos. Além disso, observou que a aprovação da lei agrícola também está relacionada ao contencioso do caso do algodão com o Brasil, uma disputa comercial que os EUA perderam na OMC. A falta de ação nos EUA, disse Vilsack, terá consequências retaliatórias em muitos produtos e poderá custar a proteção de propriedade intelectual dos EUA no Brasil.

Como parte da resolução do caso do algodão na OMC, os EUA concordaram em pagar ao Instituto Brasileiro do Algodão US\$147 milhões por ano, cumprindo parcialmente em setembro e suspendendo pagamento em outubro, o que constitui a quebra do acordo. A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) no Brasil votaria na questão da retaliação aos EUA dia 28 de novembro, mas adiou a votação pela segunda vez para o dia 18 de dezembro.

Nesta Edição

Congresso logo apresentará proposta sobre TPA	Pág. 02
Relatórios do Serviço de Pesquisas do Congresso (CRS)	Pág. 02
EUA e União Europeia relatam sobre 2ª Rodada de Negociações	Pág. 03
FSMA: novas datas para a entrega de comentários públicos	Pág. 04
RFS 2014: volume obrigatório na mistura de biocombustível	Pág. 04
TPP: avanços na elaboração de uma proposta final	Pág. 05
Relatório anual da Comissão Econômica e de Segurança EUA-China	Pág. 05



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

CONGRESSO

Congresso logo apresentará proposta sobre TPA

Em meados de novembro, os líderes do Comitê de Finanças do Senado, Max Baucus (democrata de Montana) e *Ways and Means* na Câmara, Dave Camp (republicano de Michigan), ambos dos comitês de comércio no Congresso, relataram que estão próximos de um acordo para apresentarem uma nova proposta de lei para a autoridade de promoção comercial, conhecida como *“Trade Promotion Authority-TPA”*.

A TPA permite que o Presidente dos EUA negocie os acordos de livre comércio com outros países e blocos e os traga para um voto no Congresso sem possibilidade de emendas. Ambos Baucus e Camp indicaram que a proposta de lei seria apresentada ainda este ano, mas não afirmaram sobre a possibilidade de que fosse aprovada antes do recesso parlamentar de Natal.

O Presidente do subcomitê de Comércio e do Grupo Parlamentar do Brasil, Deputado Devin Nunes (republicano da Califórnia), afirmou que há uma grande necessidade de um envolvimento maior da Casa Branca no assunto para que ele tome fôlego no Congresso.

De fato, a Casa Branca deu uma alavancada no assunto e nos dias 22 e 27 de novembro publicou um informativo sobre a TPA, assim como a importância da aprovação da TPA pelo Congresso. Este trabalho pela Casa Branca relatando os benefícios do comércio indica seu envolvimento e preocupação com a importância da TPA para assegurar a aprovação dos acordos que estão sendo negociados com a União Europeia e o Transpacífico (TPP).

Relatórios do Serviço de Pesquisas do Congresso (CRS)

- Comissão de Segurança de Produtos para Consumo e Comércio Internacional

Este relatório examina as atividades da Comissão de Segurança de Produtos para Consumo (CPSC), autoridade federal que centraliza a regulação da importação e exportação de produtos para consumo, visando a promoção e execução da segurança desses produtos para os consumidores. Além de regulamentos internos promovidos pela CPSC, os EUA também seguem regras de segurança de produtos para consumo contidas no Acordo sobre Barreiras Técnicas de Comércio (TBT) da OMC, assim como tratados bilaterais e multilaterais de livre comércio.

Acesse o [relatório completo](#).

- Padrões para Emissões de Gases de Efeito Estufa de Usinas de Energia

Em setembro de 2013, a Agência de Proteção Ambiental (EPA) redefiniu os limites de emissão de gases do efeito estufa das usinas de geração de eletricidade. Este relatório analisa os novos parâmetros da Agência, seus custos e benefícios e também seus impactos ao meio-ambiente.

Acesse o [relatório completo](#).

- Fraturamento Hidráulico: Questões Legais

Este relatório analisa diversas leis existentes para prevenir danos ambientais e à saúde pública decorrentes do uso do fraturamento hidráulico na produção de petróleo e gás natural.

Acesse o [relatório completo](#).

- **Taxas de Câmbio: Resumo e Questões para o Congresso**

O Congresso está debatendo o papel das taxas de câmbio na economia internacional. Entre as divergências atuais, está o uso de políticas cambiais para minar o livre mercado e propositalmente derrubar o valor da moeda a fim de obter uma vantagem comercial à custa de outros países. Alguns membros do Congresso e especialistas em política dos EUA argumentam que as exportações e geração de empregos norte-americanos foram afetadas por tais políticas cambiais adotadas pela China, Japão, entre outros países. Por outro lado, alguns mercados emergentes, incluindo o Brasil e a Rússia, têm argumentado que a política monetária expansionista dos Estados Unidos e outros países desenvolvidos fez com que as moedas dos países desenvolvidos se desvalorizassem, prejudicando a competitividade dos mercados emergentes.

Acesse o [relatório completo](#).

- **Sequestro de Carbono: Avaliação de Tecnologia**

Captura e sequestro (ou armazenamento) de carbono (CCS) é amplamente vista como uma estratégia crucial para limitar as emissões atmosféricas de dióxido de carbono (CO₂) – o principal gás do efeito estufa ligado às mudanças climáticas – de usinas de energia e outras grandes fontes industriais. O relatório foca especificamente no processo de captura de CO₂ e nas principais pesquisas atualmente em desenvolvimento para o aperfeiçoamento dessa técnica.

Acesse o [relatório completo](#).

EXECUTIVO

EUA e União Europeia relatam sobre 2ª Rodada de Negociações

Em 15 de novembro, os negociadores chefes da União Europeia, Ignácio Garcia Bercero e seu contraparte norte-americano, Dan Mullaney, se reuniram com 350 organizações e partes interessadas e relataram sobre a situação após a segunda rodada da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), que aconteceu entre 11-15 de novembro.

Dentre os assuntos que foram negociados durante a rodada, incluem:

- Serviços e investimentos, onde os negociadores compararam suas perspectivas e abordagens sobre as negociações;
- Energia e matérias-primas, importantes em termos de desenvolvimento econômico e onde os negociadores estão explorando o que poderia ser realizado no contexto TTIP; e
- A maior parte das discussões foi sobre o componente regulatório das negociações: ambos em regras horizontais (barreiras técnicas ao comércio e coerência regulamentar).

Além disto, os seguintes setores foram discutidos durante a semana: produtos farmacêuticos, dispositivos médicos, cosméticos, produtos químicos, pesticidas, tecnologia da informação e automobilístico. Negociações em outros setores por meio de vídeo-conferências: setor fitossanitário, políticas de concorrência, PMEs, desenvolvimento sustentável incluindo trabalho e meio ambiente, e tarifas. Reuniões separadas foram realizadas em outubro sobre compras governamentais e, em 27 de novembro, sobre cooperação regulamentar e serviços financeiros.

A TTIP almeja gerar mais de 13 milhões de empregos nos Estados Unidos e na União Europeia, além de proporcionar oportunidades e benefícios diretos aos consumidores de ambos os lados em várias áreas. A terceira rodada das negociações está prevista para a semana de 16 de dezembro em Washington, D.C.

FSMA: novas datas para a entrega de comentários públicos

A Agência de Alimentos e Medicamentos (*Food and Drug Administration – FDA*) estendeu o período de entrega de comentários públicos de várias propostas regulamentares que abrangem a *Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA)*.

A FDA estendeu para o dia 22 de novembro a data de entrega de comentários sobre as propostas regulamentares referentes aos padrões de cultivo e controles preventivos para a alimentação humana.

A *Brazil Industries Coalition (BIC)* participou desta consulta pública representando o interesse do setor privado brasileiro através da entrega de comentários sobre a proposta de controles preventivos para a alimentação humana. O documento apresentado pela BIC à FDA pode ser acessado [aqui](#).

Veja abaixo o resumo das próximas datas de entrega de comentários públicos.

Proposta Regulamentar	Data para entrega de comentários
Declaração de Impacto Ambiental na Proposta Regulamentar de Padrões de Cultivo	15 de março de 2014
Programas de Verificação de Fornecedores Estrangeiros (FSVPs)	27 de janeiro de 2014
Proposta de Regulamentação do Programa de Credenciamento de Auditores Terceirizados	27 de janeiro de 2014
Controles Preventivos para Ração Animal	26 de fevereiro de 2014*

*prazo original

RFS 2014: volume obrigatório na mistura de biocombustível

A Agência de Proteção Ambiental (*Environmental Protection Agency*) dos Estados Unidos lançou em 29 de novembro, como parte do programa de Normas para Combustíveis Renováveis (*Renewable Fuels Standard – RFS*) a proposta regulamentar “Obrigações de Volume Renováveis” (*Renewable Volume Obligations - RVO*). Esta proposta determina a quantidade de combustíveis de origem renovável que deve ser misturado à gasolina e ao diesel em 2014.

A EPA propôs definir as seguintes categorias:

- combustível celulósico em 17 milhões de galões (aproximadamente 64 milhões de litros),
- diesel de biomassa em 1,28 bilhões de galões (aproximadamente 4,85 bilhões de litros),
- biocombustível avançado em 2,2 bilhões de galões; e
- combustível renovável em 15,21 bilhões de galões (aproximadamente 57,58 bilhões de litros).

A proposta foi desenvolvida juntamente com o Departamento de Agricultura e o Departamento de Energia dos EUA e atualmente aguarda comentários públicos.

A reação à proposta na comunidade agrícola norte-americana foi bastante negativa. O presidente da Federação Americana de Bureaus Agrícolas, Bob Stallman, disse que esta decisão tem o potencial de acabar com os investimentos em novas tecnologias que estão atualmente em vigor, e que são essenciais para a produção de biocombustíveis avançados.

De acordo com a EPA, a proposta visa colocar o programa RFS em um caminho estável para assegurar a continuidade do crescimento de longo prazo da indústria de combustíveis renováveis. A Agência também disse que a proposta descreve uma variedade de abordagens para a definição das normas para 2014, e inclui uma série de cadeias de produção e de consumo para categorias-chave dos combustíveis abrangidos pelo programa RFS.

A proposta visa comentários em uma série de volumes totais de combustíveis para 2014, e propõe um nível dentro desse intervalo em cerca de 15,21 bilhões de galões (aproximadamente 57,58 bilhões de litros). De acordo com a EPA, a proposta “indica claramente” que o crescimento da capacidade de consumo de etanol continuará a ser refletida nos padrões estabelecidos para além das normas para 2014. A proposta foi publicada no Diário Oficial norte-americano (*Federal Register*), e estará disponível para comentários públicos por 60 dias.

Acesse a [proposta](#).

TPP: avanços na elaboração de uma proposta final

Após seis dias de reuniões intensivas em Salt Lake City, Utah, os principais negociadores dos 12 países integrantes da Parceria Trans-Pacífica (*Trans-Pacific Partnership – TPP*) relataram progressos significativos na elaboração de proposta final.

Trabalhando com especialistas em assuntos-chave, os negociadores da TPP afirmam ter resolvido um número substancial de questões pendentes, incluindo assuntos de propriedade intelectual, comércio transfronteiriço de serviços, meio ambiente, acesso a mercados, empresas estatais, investimento, serviços financeiros, questões sanitárias e fitossanitárias, compras governamentais, temas trabalhistas, e-commerce, barreiras técnicas ao comércio e regras de origem.

Apesar desses avanços, Lori Wallach, diretora do *Public Citizen’s Global Trade Watch* e especialista em questões de comércio internacional, não acredita que o acordo final para a TPP esteja perto de se concretizar. Ela argumenta que as questões mais politicamente sensíveis como, por exemplo, as controvérsias em torno das concessões relacionadas aos preços dos medicamentos, a liberdade na internet, regulação financeira e outros assuntos sensíveis não comerciais continuam pendentes.

O trabalho dos principais negociadores deve continuar na tentativa de definir ainda mais o cenário do acordo. A intenção é garantir reuniões produtivas durante o próximo encontro ministerial em Cingapura, no início de dezembro.

Relatório anual da Comissão Econômica e de Segurança EUA-China

A Comissão de Análise Econômica e de Segurança EUA-China, formada pelo Congresso americano para realizar recomendações políticas sobre a China, divulgou no dia 20 de novembro seu relatório anual para 2013. O relatório deste ano aborda temas bilaterais econômicos e comerciais, questões de segurança na relação EUA-China e os esforços diplomáticos chineses na região Pacífico-Asiática e demais regiões.

No que diz respeito às questões econômicas e comerciais, o documento examina a natureza do investimento estrangeiro direto da China nos EUA e no exterior, o sistema financeiro chinês e as questões de comércio agrícola e segurança alimentar entre os EUA e a China.

Na análise sobre os temas de segurança que afetam a relação entre a China, os EUA, e seus aliados na região, o relatório destacam os principais desenvolvimentos ao longo do último ano, incluindo a crescente capacidade e atividades cibernéticas, e o crescimento das forças militares chinesas.

Este ano, o relatório também examina as relações diplomáticas da China com os países do Oriente Médio e do Norte da África, os desenvolvimentos nas relações entre as duas margens do Estreito de Taiwan, e as questões relevantes econômicas e de segurança nas regiões autônomas de Macau e Hong Kong.

Acesse o [relatório completo](#).